

A Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) e o Portal Português de Arquivos (PPA) ■

O PROJECTO DE ESTABELECIMENTO de uma rede portuguesa de arquivos tem acompanhado as intenções do órgão de coordenação da política arquivística em Portugal há longos anos.

No entanto, as diversas tentativas de estabelecimento de uma rede de arquivos plural, democrática e participativa que se verificaram no passado, não foram conduzidas de forma sistematizada ou fruto de uma reflexão profunda e organizada que levasse a princípios e métodos orientadores suficientemente robustos ou abrangentes. O contexto político e organizacional mostrou-se igualmente adverso para que tais tentativas surtiram o efeito desejado.

Decidiu a Direcção-Geral de Arquivos retomar este caminho, embora com princípios metodológicos diferentes. O objectivo deste trabalho é levar a cabo uma reflexão sistemática, apoiada em casos práticos, nacionais e internacionais, teoricamente sustentada, de forma a propor a constituição efectiva de uma rede portuguesa de arquivos e a construção da sua interface visível: o portal de arquivos portugueses.

Este projecto enquadra-se admiravelmente bem na política determinada pela Comissão Europeia

constatando-se a tendência de divulgar e tornar acessível o património ao cidadão comum, dando-lhe oportunidade de o conhecer e usufruir com o mínimo de esforço possível, utilizando para tal o vasto potencial oferecido pelas TIC .

O projecto EUROPEANA¹ (ou biblioteca digital europeia) e o portal de arquivos europeu (APENET) constituem exemplos práticos da execução desta política. Em ambos a DGARQ mantém uma participação activa. Ainda no contexto destes projectos é importante salientar que o acesso generalizado do cidadão europeu ao património cultural comum será realizado através de uma rede de portais os quais constituirão os pontos focais nacionais onde convergirá informação proveniente de outros repositórios de informação existentes a nível nacional. Neste contexto o projecto da RPA evidencia um sentido de oportunidade perfeitamente ajustado às circunstâncias político-culturais da União Europeia

O trabalho desenrola-se em diferentes fases, que compreendem a elaboração do modelo conceptual (já publicado), do modelo lógico e

¹ Ver <http://www.europeandigitallibrary.eu/edl-net/> e <http://www.europeana.eu>



Neste número

01 • A Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) e o Portal Português de Arquivos (PPA)

03 • Macroavaliação: «uma perspectiva necessária ao processo de avaliação arquivística?»

AQUISIÇÕES

04 • O Arquivo da Família Gama Lobo Salema

FUNDOS E COLEÇÕES

05 • Administrações de casas conventuais

EM DESTAQUE

06 • Inauguração do Arquivo Histórico da GNR

08 • O Arquivo Histórico da Companhia Portuguesa Rádio Marconi

ARQUIVOS DISTRITAIS

09 Porto

• «O meu coração ficará no Porto»

• A cidade dos transportes

ARQUIVOS MUNICIPAIS

10 • Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

INFORMAÇÕES

11 • Comemoração do Dia Internacional de Museus

AGENDA

12 Exposições

• A Participação Portuguesa nos Jogos Olímpicos: Os Documentos de Arquivo

• Os 500 Anos das relações entre Portugal e o Irão

físico (em vias de publicação), documentos esses que precedem tanto o início da cooperação entre entidades aderentes na RPA como a construção do portal – presença da rede na *Internet*.

Não é demais salientar a importância da colaboração entre actores aderentes, motivada por expectativas e interesses mútuos. Pressupõe, portanto, que para além da vontade de disponibilizar informação na rede, os actores têm em vista a possibilidade de obter vantagens, não necessariamente materiais, mas de outra natureza, como uma maior transparência para o cidadão, ou a adesão a práticas de governo electrónico de aproximação ao cidadão. Tal passa pela existência de uma estrutura comum, mais facilmente suportada de forma colectiva do que individualmente.

Note-se que a matéria-prima em circulação na rede é informação disponibilizada através de prestação de serviços especializados, relativa ao fornecimento de conteúdos de arquivo (imagens, documentos, meta-informação).

Os princípios que presidem ao estabelecimento da RPA e definidos no já referido modelo conceptual são os seguintes:

1. Integração estrutural

Este princípio refere-se à forma de funcionamento e organização da rede. Pressupõe a relação e coesão globais. A coesão facilita a difusão e partilha de valores e normas traduzidas, no caso específico da RPA, em boas práticas de gestão documental e de acesso à informação. Valores como transparência, responsabilização e difusão da informação deverão estar presentes entre os aderentes.

2. Neutralidade

Princípio que pressupõe que a rede não interfira na informação disponibilizada pelos aderentes, desde

que esta obedeça à área funcional e temática de actuação da rede. Deve ainda estar de acordo com os normativos adoptados que viabilizem a interoperabilidade e os requisitos administrativos indispensáveis à autonomia de decisão por parte dos aderentes. O respeito por este princípio não implica que a colocação de conteúdos e prestação de serviços no portal seja livre de restrições, mas pressupõe que a sua apresentação diga apenas respeito ao aderente, desde que cumpridos os requisitos acima descritos. Refira-se que a sua aplicação é indispensável, pois a interoperabilidade é essencial para o funcionamento da rede, e esta apenas se consegue através de mecanismos normativos e tecnológicos explicitamente aceites pelas partes envolvidas.

3. Interoperabilidade

Princípio que implica a capacidade de inter-comunicação, tecnológica, sintáctica e semântica, entre os repositórios de informação existentes na rede. Dele decorrem os seguintes pressupostos:

3.1 Pesquisa inter-repositórios através de protocolos abertos. Quando é referido o portal de arquivos como ponto de acesso centralizado, tal não significa que toda a informação a disponibilizar esteja fisicamente concentrada. A informação, materializada em documentos, imagens de documentos, registos de meta-informação e serviços estão fisicamente localizados, descentralizadamente, em cada entidade detentora. O portal assegura a convergência e unificação de pesquisa e recuperação desses objectos mediante a implementação de protocolo de pesquisa aberto e interoperável (por exemplo o OAI –PMH² e a tecnologia de *web-harvesting*). Isto significa que, para um utilizador do portal, não

haverá necessidade de se deslocar, na *internet*, aos diversos sítios onde se encontra a informação que procura. Pode recuperar a partir do portal a meta-informação necessária para posteriormente aceder aos conteúdos pretendidos.

3.2 Acessibilidade. Pretende-se, com este princípio, garantir que o acesso a toda a informação disponibilizada na rede é livre e deve poder ser reutilizada. Admite-se, no entanto, a existência de restrições de reutilização, que poderão ser negociadas directamente entre o utilizador e a entidade detentora em questão. Estes aspectos ultrapassam o âmbito e competências que a RPA pretende assumir.

4. Qualidade

A RPA deverá garantir a adequação dos conteúdos propostos pelas entidades aderentes ao conteúdo programático da rede. É igualmente necessário exercer acções de validação da conformidade aos normativos estabelecidos, sendo essas as bases de aferição da qualidade dos conteúdos da rede.

Estes princípios incidem, de forma propositada, apenas sobre conteúdos e não sobre outras valências ou estruturas como por exemplo qualidade das instalações das entidades aderentes no que se refere a arquivos, ou o respeito por normativos específicos. Para esse efeito a DGARQ dispõe de outros processos de intervenção. A lógica da RPA consiste em assegurar a qualidade de informação que flui na rede e que será acessibilizada ao cidadão. Com este projecto a DGARQ pretende assegurar uma vantagem importante tanto para as organizações produtoras e detentoras como e sobretudo criar mais-valias significativas para o cidadão comum contribuindo simultaneamente para a visibilidade e promoção do património arquivístico.

² Ver <http://www.openarchives.org/OAI/openarchivesprotocol.html>

«Macroavaliação: uma perspectiva necessária ao processo de avaliação arquivística?» ■

Seminário internacional no dia 19 de Junho de 2008

A DIRECÇÃO-GERAL de arquivos têm vindo a desenvolver uma reflexão crítica sobre o modelo de avaliação que tem sido seguido em Portugal nas duas últimas décadas e, simultaneamente, procura encontrar soluções alternativas ou complementares que permitam aumentar a eficiência do processo de avaliação arquivística.

Foi neste contexto que a DGARQ organizou um *workshop* em Setembro de 2007 com o tema «Simplificação, Rigor e Eficácia na Avaliação Arquivística». Uma das conclusões do referido *workshop* (divulgado no boletim n.º 2 de 2007) consistia em:

«Aprofundar o conhecimento sobre metodologias alternativas de avaliação experimentadas em Portugal e noutros países, em especial no que respeita aos projectos de macroavaliação funcional».

Neste contexto realizar-se-á no auditório da DGARQ/Torre do Tombo, no próximo dia 19 de Junho de 2008, um Seminário Internacional subordinado ao tema: «Macroavaliação: uma perspectiva necessária ao processo de avaliação arquivística?».

Este Seminário tem como objectivo específico explorar o conhecimento em metodologias alternativas de avaliação experimentadas noutros países, em especial no que



respeita aos projectos de macroavaliação funcional. Contaremos com a presença dos seguintes países: o Canadá e a Holanda (pioneiros nesta matéria) com projectos de macroavaliação iniciados há mais de 15 anos, e a Nova Zelândia que apesar de ter avançado mais recentemente acabou por beneficiar da experiência dos dois primeiros.

O Seminário contará com a intervenção de três conferencistas internacionais: John Roberts (Archives New Zealand; Robbert Jan Hageman (National Archives of the Netherlands) e de Daniel Caron (Library and Archives Canada).

Cada um destes apresentará a experiência de macroavaliação

desenvolvida no seu país, dando a conhecer a estratégia, metodologia, implementação e outros aspectos relativos aos projectos de macroavaliação. Seguidamente teremos um amplo espaço de debate sobre cada intervenção, e em mesa redonda, com a participação de convidados nacionais, procurar-se-á extrair das suas experiências lições que possam ser úteis à renovação do processo de avaliação arquivística vigente em Portugal.

Esta será, pois, uma oportunidade para aprofundar o conhecimento sobre teorias e práticas de macroavaliação e explorar soluções alternativas ou complemen-

tares que permitam aumentar a eficiência do processo de avaliação arquivística.

Convidamos à participação de todos quantos se sentem parte interessada nesta temática, enquanto produtores, gestores ou consumidores de informação, tendo em vista o enriquecimento da discussão e o apuramento dos caminhos de evolução mais adequados à conjuntura nacional.

Para mais informações relativas às formalidades de inscrição contactar o Gabinete de Relações Externas e de Cooperação – GREC – (lhenriques@iantt.pt ou ccoelho@iantt.pt).

Sónia Jaques

O Arquivo da Família Gama Lobo Salema ■

O ARQUIVO DA FAMÍLIA GAMA LOBO SALEMA foi doado, com reserva de usufruto, de acordo com o n.º 1 do art. 958.º do Código Civil, ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), por contrato de doação assinado entre o proprietário, o Embaixador António d' Oliveira Pinto da França, na sua qualidade de único proprietário do mesmo, e o Director da Direcção-Geral de Arquivos e do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

A cerimónia decorreu no átrio do Arquivo Nacional da Torre do Tombo a 7 de Maio de 2008. Ao acto seguiu-se a inauguração de uma pequena amostra documental do espólio.

Faz parte integrante do auto de entrega, o «Inventário sumário do Arquivo da Família Gama Lobo Salema».



© JOSÉ ANTÓNIO SILVA

Este arquivo compreende 59 caixas e abrange o período entre 1393 e 1971. É constituído por dois arquivos distintos como se pode ler na introdução do inventário acima mencionado, da autoria do Dr. Nuno Daupías de Alcochete: um relativo à família Gama Lobo e outro à família Salema de Alcácer, Setúbal e Alverca.

Uma parte do arquivo, segundo referiu o proprietário no seu discurso, encontrava-se na posse de um primo deste, António da Gama Lobo Salema, que abdicou da mesma para integrar a parte que o embaixador já possuía.

O arquivo, segundo o inventário já referido, é constituído por genealogias, monografias, cartório da administração da casa (com livros de contas, receita e despesa, arrendamentos, inventários etc.), cartórios das casas anexas, documentos de carácter pessoal (registos paroquiais, mercês, contratos de casamento, inventários de bens, testamentos, escrituras diversas), documentos relativos à instituição de vínculos, títulos de bens vinculados, tombos de comendas, títulos de bens livres, escrituras notariais dos séculos XV e XVI, doações régias, entre outros.

DOAÇÃO DO ARQUIVO GAMA LOBO SALEMA

Torre do Tombo, 7 de Maio de 2008

Foi o destino benigno para este arquivo que cobre 8 séculos de história de uma Família e encerra quase 2 mil documentos! É milagroso que tenha chegado praticamente intacto aos nossos dias. Pode mesmo dizer-se, como adiante se verá, que só por um triz escapou de se perder.

Mas não foi só o destino que contribuiu para a sua preservação. Para além do papel que a mim me coube, adiante mencionarei o nome de três pessoas cuja intervenção foi decisiva para a sua sobrevivência.

Em Outubro de 1964, estive num almoço de Família na quinta da Fidalga ao Seixal, frequentes vezes mencionada neste arquivo, que foi cabeça do morgadio Gama Lobo e onde ao longo de muitas gerações tantos de nós passámos férias felizes. Fiquei a uma mesa com um grupo de parentas mais velhas. A certa altura veio a propósito perguntar se alguma daquelas Tias sabia o que seria feito do arquivo de Família. Uma delas disse-me que o tinha em casa, que lhe atravancava a cave, que até já chegara a pensar vendê-lo a peso. Era uma senhora de idade e naqueles tempos não se tinha a mesma consciência que hoje se tem de património. Pedi-lhe que não fizesse tal coisa, que me desse o arquivo. Assim, fui repetidas vezes a Cascais buscar umas caixas grandes, quais gavetas, onde o arquivo andava guardado e que fui trazendo para casa dos meus Pais para grande arrelia da minha Mãe preocupada com o pó e a falta de espaço.

Em Janeiro seguinte fui nomeado para o meu primeiro posto diplomático. Partia como encarregado de negócios em Jacarta e casava na véspera da partida.

[...]

1/6

Maria Teresa Monteverde Plantier Saraiva

ASSESSOR PRINCIPAL DE ARQUIVO
DIVISÃO DE AQUISIÇÕES
E TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO

Administrações de casas conventuais ■

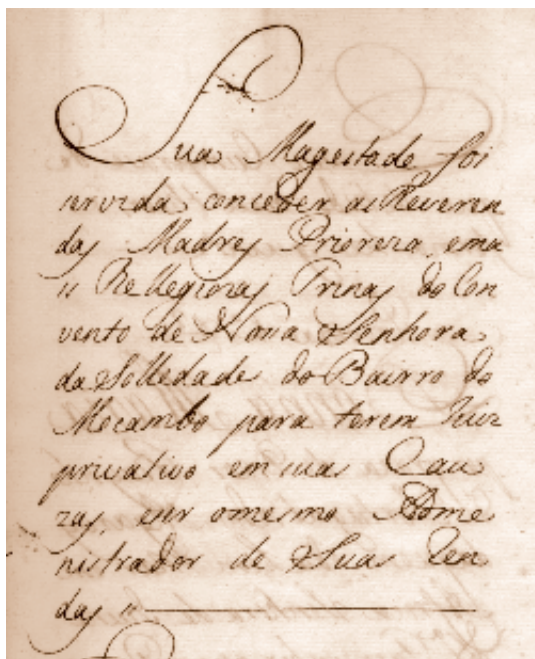
NO ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS, instituição criada em 15 de Junho de 1915, pelo Decreto n.º 1659, como arquivo anexo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, há documentação relativa à administração das rendas de algumas casas conventuais, de casas particulares e casas comerciais, bem como juízo privativo das mesmas.

Os funcionários destas administrações e juízos privativos eram escolhidos entre os funcionários da Casa Suplicação.

Para as casas conventuais, já estudadas, percebe-se que a administração concedida pelo rei era pedida pelos religiosos ou seus representantes, sob alegação das dificuldades enfrentadas após o terramoto de 1755 e as dívidas a terceiros.

Encontram-se individualizadas, como fundos, três administrações: a das rendas unidas dos conventos de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, de Santa Clara e do Calvário de Lisboa, criada por decreto de 3 de Agosto de 1756, com 1064 documentos e abrange o período de 1720 a 1812; a das rendas do convento de Nossa Senhora da Soledade, criada por provisão dada por D. Maria I em 4 de Março de 1778, com 58 documentos e abrange o período de 1778-1810, e a administração das rendas do convento de Santa Marta de Jesus de Lisboa, criada por decreto do príncipe regente, D. João, datado de 9 de Julho de 1805, com 2 documentos com as datas 1806 e 1816.

Na coleção *Fundo Geral*, para além de processos relativos à administração de casas conventuais, existem processos judiciais, cíveis, em que uma das partes é uma instituição eclesiástica. Nos índices desta Coleção (Feitos Findos, Índices



Feitos Findos, Administração de Casas, mç. 144, n.º 5, cx. 145

do Fundo Geral), organizados pela primeira letra do primeiro nome do autor, é possível pesquisar do seguinte modo:

Letra A – administrador, abade/abadessa; Letra C – colegiada, confraria, casa conventual, convento, congregação, curador da administração; Letra I e J – irmandades, irmão/irmã; Letra M – mosteiro, madre abadessa; Letra O – Ordem; Letra P – procurador do convento, prior; Letra R – religiosos, recolhimentos, recolhidos; Letra S – síndico do convento.

Na *Correição Cível da Cidade de Lisboa*, cartório Torre do Vale, foram identificados alguns processos relativos a instituições eclesiásticas. Na *Correição Cível da Corte*, cartório Feital, também é possível também pesquisar pelas mesmas entradas utilizadas para o *Fundo Geral*, já que também este cartório tem o mesmo tipo de organização.

Uma parte dos processos que pertencem aos cartórios e à coleção acima mencionados refere-se a instituições cuja documentação

existe no Arquivo Nacional Torre do Tombo. É possível estabelecer relação entre os processos e o Registo de Autoridades Arquivísticas da respectiva instituição.

Os conventos de Santa Mónica de Lisboa e de Nossa Senhora da Conceição de Marvila de Lisboa não têm fundo próprio no ANTT mas dispõem de processos relativos à sua administração. O convento de Santa Joana de Lisboa tem fundo próprio e processos relativos à sua administração.

No Fundo Geral foram individualizadas, como fundos, três administrações: a das rendas unidas dos conventos de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, de Santa Clara e do Calvário de Lisboa; a das rendas do convento de Nossa Senhora da Soledade e a das rendas do convento de Santa Marta de Jesus de Lisboa. Para além dos documentos que constituem estes fundos, os restantes processos de administração permaneceram no Fundo Geral. Estas duas realidades encontram-se descritas na base de dados CALM.

A documentação destas administrações está organizada e cotada e descrita a nível de unidades de instalação e de fundo. A este nível foram consideradas as zonas: de identificação, do contexto, do conteúdo e estrutura e do controlo da descrição obrigatórias segundo as ODA – *Orientações de Descrição Arquivística*..

Maria da Graça Barros Alves

TÉCNICA PROFISSIONAL
ESPECIALISTA DE ARQUIVO (ANTT)

Inauguração do Arquivo Histórico da GNR ■

Em 24 de Abril de 2008, realizou-se a inauguração das instalações do Arquivo Histórico da GNR. Esta inauguração foi presidida pelo Comandante-Geral da GNR, Tenente-General Carlos Manuel Mourato Nunes e contou com a presença do director da DGARQ Dr. Silvestre Lacerda e da Dr.ª Paula Ucha, para além de outros convidados da área da informação e documentação e militares.

Praça da Armada, n.º 40, Alcântara
1350 027 Lisboa.

Tel: +(351) 213 922 486/7

Fax: +(351) 213 922 489

arquivomuseu@gnr.pt | www.gnr.pt

O ARQUIVO HISTÓRICO INSERE-SE num projecto há muito desejado pelo comando da GNR. Projecto esse que envolve a implementação do Arquivo Histórico, da Biblioteca e do Museu. Assim, em 2005 foi nomeado o Major Nuno Andrade para assumir o projecto e constituir uma equipa de trabalho assente essencialmente em licenciados na área das Ciências Sociais.

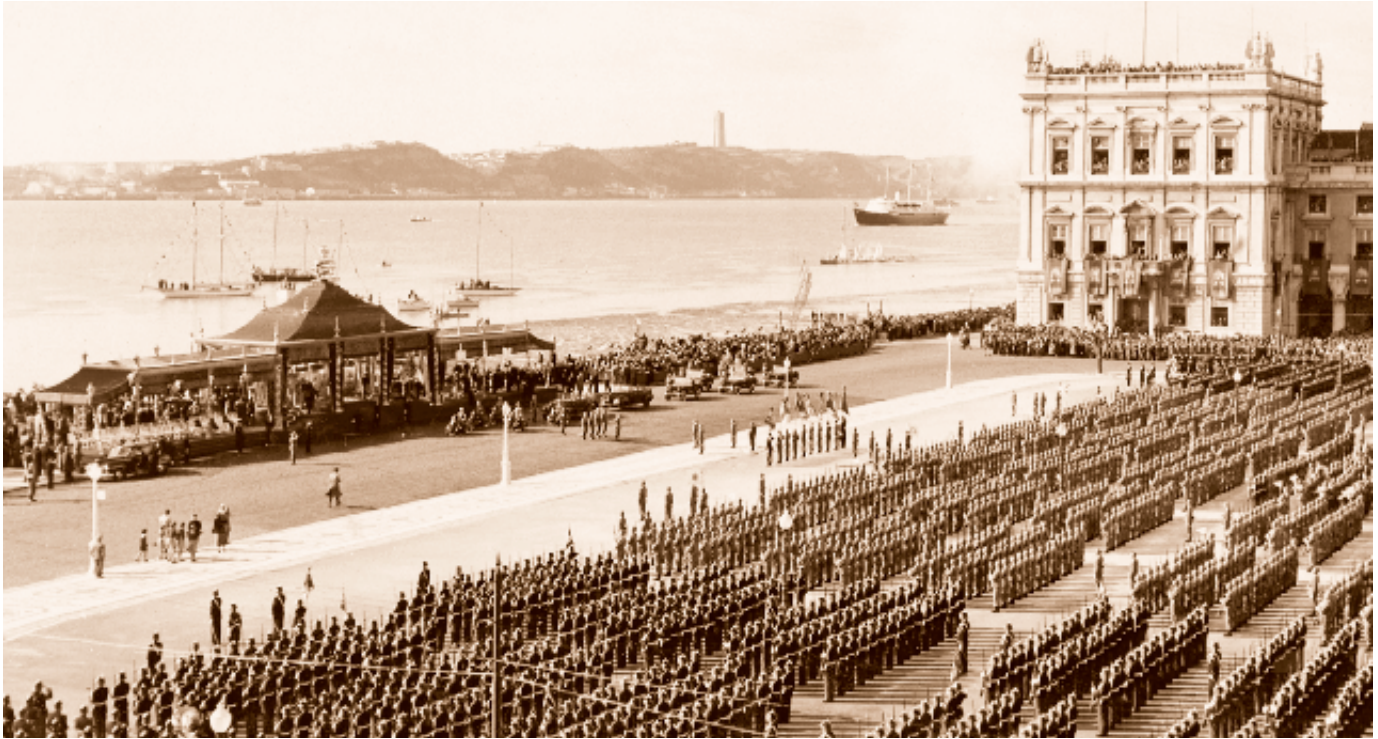
O panorama relativo à documentação da Guarda exige uma particular atenção. A documentação de interesse histórico é muita e a produção documental não pára de crescer. É de salientar que em 2003, o Observatório das Actividades Culturais avaliou a documentação da Guarda em mais de 106 km lineares. Este quantitativo é algo de relevante quando comparado com outras instituições nacionais.

O espólio fotográfico da Guarda é surpreendente. Em apenas três Comandos de Unidades da Guarda (Comando-Geral, Brigada de Trânsito e Regimento de Cavalaria), foram contabilizadas mais de 100 mil provas fotográficas e 100 mil negativos, número que aumentou significativamente com a prospecção às restantes Unidades da Guarda.



Com o objectivo prioritário de garantir a sua protecção e valorização, enquanto fundamento da memória colectiva e individual e impulsionado pela iniciativa de consolidação do «Arquivo Histórico, Biblioteca e Museu da Guarda Nacional Republicana», o Comando da Guarda considerou por bem, proceder à identificação e arrolamento

dos espólios documentais e fotográficos dispersos pelos mais de 600 quartéis da Guarda. Para tal foi constituída uma equipa de trabalho que durante 1 ano se deslocou a todas as instalações do dispositivo da Guarda, constatando existir cerca de 2 km de documentação com interesse histórico e o número de provas fotográficas ter aumentado para 210 mil.



Visita Rainha de Inglaterra, 1957

Em 2002 foi aprovada a Portaria de Gestão Documental – Portaria n.º 653/2002, de 22 de Abril – e que até à constituição da equipa de trabalho nunca havia sido implementada. Mas devido ao grande volume de produção documental e à problemática da falta de espaço para guardar a documentação e, também, fruto da divulgação da Tabela de Avaliação e Seleção inscrita na Portaria, fez com que a eliminação de documentos se realizasse e se pusesse em prática a elaboração dos Autos de Eliminação.

Desde o início de 2007, o Arquivo Histórico da GNR também tem estado envolvido nos trabalhos da «Plataforma Comum de Modernização – Gestão Documental», ao participar como organismo do (MAI) Ministério da Administração Interna na criação de um Plano de Classificação comum ao ministério. Actualmente, o Plano de Classificação encontra-se em aplicação na GNR e continua-se a trabalhar no mesmo, sempre com o intuito de o tornar cada vez melhor, para bem servir os vários Serviços da Guarda.

Com a aprovação da nova Lei Orgânica da GNR (Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro), que levará à reorganização do dispositivo e com isto à extinção de alguns quartéis, é preocupação do Arquivo Histórico a preservação da documentação. Esta preocupação levou à elaboração de um plano de Salvaguarda Documental, tendo o mesmo sido sancionado pelo Comando da Guarda.

O Arquivo Histórico dispõe actualmente de estantes deslizantes compactas com capacidade para 1368 metros lineares de documentação. No futuro e com a finalização da

remodelação do edifício, contará com um depósito de frio, área de higienização e expurgo e a duplicação dos metros lineares de documentação em depósito.

O Arquivo Histórico da GNR situa-se na Praça da Armada em Alcântara e espera até Outubro de 2010 abrir as suas portas a todos aqueles que desejarem consultar e investigar, sabendo desde já que a Guarda dispõe de um espólio muito variado e que poderá ser alvo de múltiplos temas de investigação.

O Arquivo Histórico da GNR



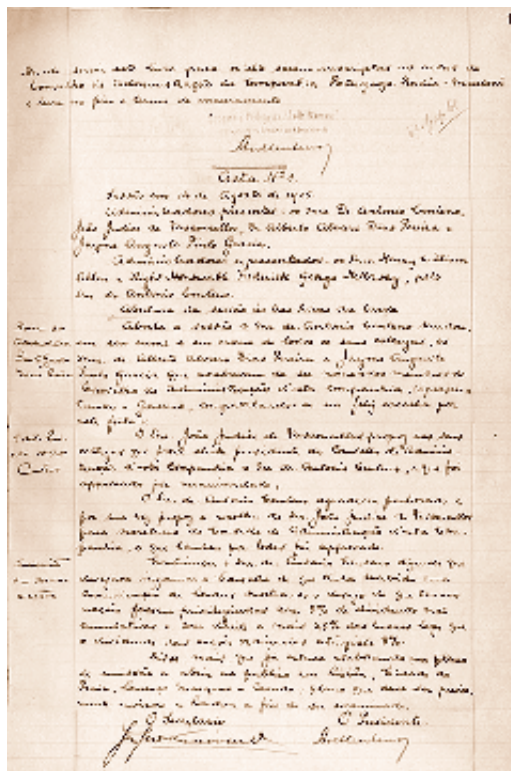
O Arquivo Histórico da Companhia Portuguesa Rádio Marconi

EM 2006, A FUNDAÇÃO PORTUGAL Telecom (FPT) apresentou a candidatura do Projecto *Organização do Património Histórico, Tecnológico e Documental da Fundação Portugal Telecom* obtendo o apoio do Plano Operacional de Cultura – POC 466/06, na medida 2.2, acção 3, e o acompanhamento científico da actual Direcção-Geral de Arquivos. Planeou-se o tratamento e organização do fundo da extinta Companhia Portuguesa Rádio Marconi (CPRM), cujo valor histórico e patrimonial é bastante significativo para as telecomunicações a nível mundial.

Com origem na britânica *Marconi's Wireless Telegraph Company*, a CPRM constituiu-se a 18 de Julho de 1925 como concessionária do Estado Português. Ao longo de oito décadas, a Marconi assegurou o alargamento das telecomunicações portuguesas com o resto do Mundo, em articulação com várias companhias de cabos submarinos, introduzindo novas tecnologias e possibilitando as comunicações intercontinentais. No ano de 1966, a Marconi, até então com capital accionista maioritariamente Inglês, passou na sua maioria para o Estado Português. Em 1995, foi integrada na Portugal Telecom (detendo esta 100% do seu capital) e incorporada por fusão a 30 de Dezembro de 2002.

O projecto visa a inventariação e divulgação de todo o fundo, através da edição do inventário e disponibilização do mesmo na *Internet*, incluindo cerca de 35 mil imagens digitalizadas.

A documentação encontra-se localizada em dois depósitos: Estação de Cabos Submarinos de Carcavelos e Estação de Odivelas, representando cerca de 1300 metros



1ª Acta da CPRM - Companhia Portuguesa Rádio Marconi

lineares, para além do espólio iconográfico e tecnológico.

Numa primeira fase procedeu-se à Avaliação e Selecção de Documentação Acumulada, através da atribuição de uma cota provisória às unidades de instalação (UI) e preenchimento das Folhas de Recolha de Dados. A documentação encontra-se acondicionada nas UI de origem, em estantes e prateleiras identificadas. A abordagem desenvolvida incidiu principalmente no contacto directo com os documentos e no levantamento histórico e orgânico da empresa, tendo em conta as suas especificidades e características próprias. Foi reconhecida uma diversidade de tipologias documentais, bem como diferentes formas de organização interna do arquivo. Na documentação mais deteriorada foram retirados todos os elementos agressivos tais como clipes, agrafes ou elás-

ticos. Esta fase ficou concluída com a elaboração do Relatório Final de Avaliação e Selecção de Documentação Acumulada, com apresentação de propostas de conservação permanente ou de eliminação.

Na segunda fase, deu-se início ao trabalho de descrição normalizada segundo a ISAD (G) e as Orientações para a Descrição Arquivística do IAN/TT (1.ª versão), na aplicação informática X-Arq, de todo o fundo da CPRM. Pelas características inerentes e o tempo estipulado para conclusão do projecto definiu-se que a descrição seria efectuada a cada UI.

Na terceira fase, proceder-se-á à preparação e publicação do inventário e sua disponibilização para consulta e pesquisa na *Internet*. Os documentos com representatividade histórica ou com necessidade de preservação e conservação serão digitalizados e microfilmados. A cada imagem será atribuído um código de referência com base no registo já existente na aplicação e respectiva associação de metadados.

O presente projecto, a finalizar até Setembro, possibilitará a divulgação do fundo da CPRM, promovendo a acessibilidade a um espólio de relevante interesse histórico, científico e patrimonial e enriquecendo o conhecimento pela história das telecomunicações em Portugal.

Ana Margarida Lourenço
Beatriz Magalhães
Bruno Carvalho
Paula Meireles

«O meu coração ficará no Porto» ■

É O TÍTULO DA EXPOSIÇÃO documental organizada pelo Arquivo Distrital do Porto (ADP) e em colaboração com o Governo Civil do Porto que esteve patente, na Estação de S. Bento, entre o dia 14 e 23 de Maio.

Pensa-se, através da estrutura expositiva montada, permitir ao público uma leitura da passagem do Candidato da Oposição por esta cidade recorrendo a registos fotográficos e textuais digitalizados que nos dão conta, por um lado, da enorme adesão popular e, por outro, do olhar atento do Regime, nomeadamente das suas forças policiais.

De referir, que a candidatura do General Humberto Delgado foi desde cedo apelidada de «Candidatura do Porto», tendo de facto nesta cidade para além do apoio popular, o apoio de muitos notáveis, assumindo alguns deles o papel de seus Procuradores de Campanha e, onde pontuam nomes como os dos doutores Mário Cal Brandão, António Macedo, António Veloso Pinho, Manuel Coelho dos Santos, Rodrigo Teixeira Mendes de Abreu, António Ramos de Almeida, Olivio da Silva França e do arquitecto Artur Andrade.

Com esta iniciativa cumpre-se também uma das funções nucleares do



ADP no que respeita à promoção, divulgação e respectiva fruição do património arquivístico pelos cidadãos.

A exposição estará patente ao público, no Arquivo Distrital do Porto, entre 26 de Maio e 16 de Junho.

Henrique Dias

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

A cidade dos transportes ■

Da Companhia Carris de Ferro do Porto à municipalização do Serviço

Trabalho de Mário João Mesquita | Arquivo Distrital do Porto | (Sala Polivalente), inauguração a 20 de Junho, pelas 18h30

O DOCUMENTO APRESENTADO, produzido a partir do fundo documental da CCFP e STCP depositado no Arquivo Distrital do Porto (ADP), visa dar a conhecer pela força do Desenho e da Fotografia a relação da expansão dos *transportes públicos* com a formação, expansão e consolidação do *tecido urbano na cidade do Porto*, na primeira metade do século XX.

Através da leitura feita a partir do estudo do assentamento dos carris de ferro citadinos – no período entre os anos setenta do século XIX (Companhia do Carril Americano, Companhia Carris de Ferro do Porto e Companhia Viação Eléctrica) e 1946 data do resgate do serviço pela CMP e criação do STCP –, podemos entender que a forma, extensão e expansão territorial do transporte colectivo efectivamente potenciou,

acompanhou ou foi respondendo às solicitações várias que lhe eram feitas pela expansão planeada ou casuística da cidade ou por unidades industriais ou empresariais particulares.

O trabalho, que se inaugura no próximo dia 20, pelas 18h30, nas instalações do ADP, utiliza, para além das *Peças Desenhadas e Escritas* dos *Projectos* elaborados pelas secções de Via e Obras das duas instituições, uma série de fotografias da época em análise resultado da pesquisa noutros arquivos públicos (Centro Português de Fotografia [CPF] e na STCP/MCE) e particulares (Diário de Notícias, Mário Ferreira / Foto Beleza e Tipografia Peninsular).

Entre os dias 24 de Maio e 24 de Junho, decorre nas estações da Metro do Porto (S. Bento, Marquês,

Campo 24 de Agosto e Funicular dos Guindais – Ribeira) uma projecção de uma selecção das fotografias pertencentes à mostra referida, projecção essa que, se repete, com início a 6 de Junho, a partir das Instalações do CPF sobre a fachada lateral da Igreja de S. Bento da Vitória, sendo visível do Jardim da Cordoaria.

Esta realização enquadra-se no âmbito da passagem do 77.º aniversário do Arquivo Distrital do Porto, acontece em paralelo com a mostra «*Arquivo Distrital do Porto, 77 anos de boas práticas*», e conta com o acompanhamento do ADP e com os apoios institucionais da DGARQ, CPF, STCP, Metro do Porto e «O Primeiro de Janeiro».

Mário João Mesquita

ARQUITECTO

Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo ■

Largo de S. Francisco
7050-160 – Montemor-o-Novo
Tel.: 266 898 100 | Fax: 266 877 096
arquivo_dcdj@cm-montemornovo.pt
www.cm-montemornovo.pt
2ª a 6ª feira: 10h00-12h30, 15h00-18h00
Responsável: Dr.ª Idalete Lebre

O ARQUIVO MUNICIPAL de Montemor-o-Novo, a funcionar em novas instalações cuja inauguração ocorreu em 8 de Março último, tem no seu Arquivo camarário o núcleo principal que se formou, no fim da Idade Média, nos antigos Paços do Concelho, localizados dentro das muralhas e daí transitou para o Senado municipal construído no século XVIII no Terreiro do Poço Tapado (hoje largo dos Paços do Concelho).

O conjunto documental foi enriquecido no século XIX com a entrada dos fundos das Câmaras de Lavre e Cabrela, extintas com a reforma liberal. Entretanto já nos anos 30 do século XX numerosos e valiosos documentos são furtados e vendidos (entre eles o Foral de Leitura Nova de 1503). Com a reconstrução dos Paços do Concelho, nos anos 60, o Arquivo foi removido para o Cine Teatro Curvo Semedo, perdendo-se em parte devido às condições de transporte e acondicionamento a que foi sujeito.

A organização deste património documental a título definitivo realizou-se a partir de 1982, assistindo-se à incorporação de outros acervos como a Misericórdia de Lavre, Juntas de Freguesia de Cabrela e Lavre e ainda de documentação Camarária mais recente. O Arquivo Histórico Municipal entrou em funcionamento em 1983 nas instalações do Antigo Convento

de S. João de Deus, partilhando esse espaço com a Biblioteca Municipal.

Integrado no Arquivo encontra-se também o CDARA – Centro de Documentação e Arquivo da Reforma Agrária – fundo documental proveniente de antigas unidades colectivas de produção agro-pecuária de todo o Alentejo e Ribatejo. Este conjunto documental reunido por iniciativa do município e por oferta dos respectivos detentores, destina-se a salvar do desaparecimento arquivos empresariais nos quais poderão ser estudadas as formas de organização, a actividade económica, as relações sociais e outras vertentes do período da história da região em que ocorreu a Reforma Agrária.

Paralelamente com os fundos referidos funciona o Arquivo Intermédio do município cuja documentação se encontra em fase de transferência.

Em simultâneo, este espaço, dispõe de um Arquivo Fotográfico a ser instalado que tratará e acondicionará documentos em suportes especiais, permitindo a salvaguarda da memória visual do concelho.

A assinatura do acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo com vista à integração do Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo na Rede de Arquivos Municipais, permitiu a recuperação e adaptação do edifício da antiga Cadeia Civil – construída na década de 30 do século XX e que há muitos anos tinha deixado de ter essa função – e a sua utilização para um novo fim: a salvaguarda e divulgação do património documental de Montemor-o-Novo e da região em que se situa.

O presente edifício agora adaptado para acolher o Arquivo Municipal, conta, também, com uma sala de exposições e um espaço onde podem ser realizadas conferências, encontros ou outras actividades pedagógicas, dinamizando assim as vertentes cultural e educativa que se pretende que o Arquivo possua.

O Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo é portanto um serviço público que tem por missão recolher, avaliar, organizar toda a documentação produzida pelo Município ou proveniente de diversas instituições públicas e privadas, incorporada a título de depósito provisório ou definitivo, competindo-lhe ainda zelar pela preservação, valorização e divulgação de todo este património documental de interesse cultural e histórico que se encontra sob custódia da autarquia e que representa um esteio da memória e identidade colectivas do concelho.

Com cerca de 500 ml de documentação relativa ao Arquivo Histórico, engloba os fundos da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (1443-1993), Administração do Concelho de Montemor-o-Novo (1838-1958), Celeiro Comum de Montemor-o-Novo (1717-1921), Corporações Religiosas (1726-1928), Câmara de Cabrela (1763-1849), Câmara de Lavre (1709-1849), Junta de Freguesia de Cabrela (1649-1929), Misericórdia de Lavre (1536-1935), Junta de Freguesia de Lavre (1813-1896), Notários (1573-1855), Juízo dos Órfãos (1581-1828), Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876-1969) e fundos do Arquivo da Reforma Agrária (1974-1999).

Idalete Lebre

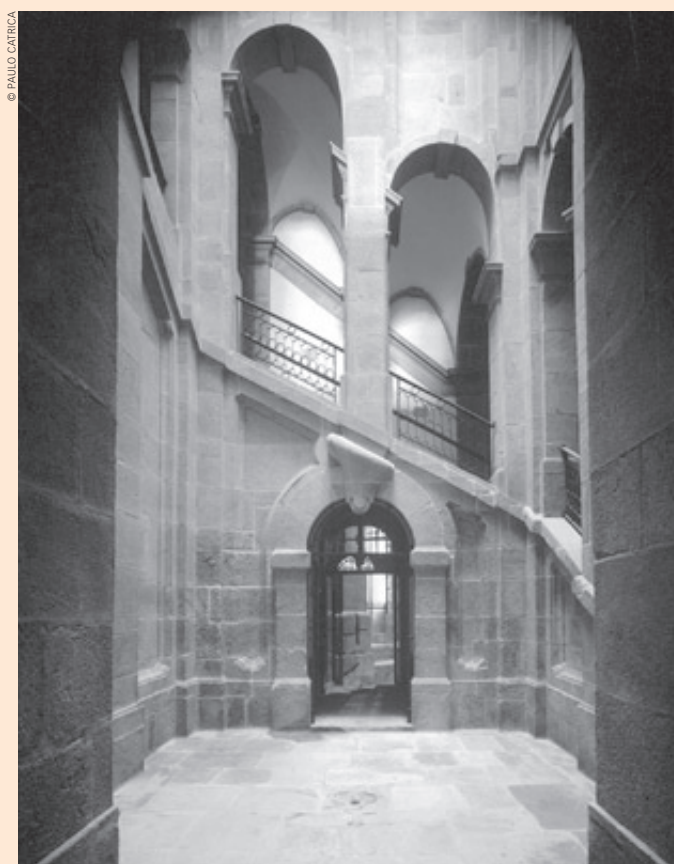
Comemoração do Dia Internacional de Museus ■

POR FORMA A ASSINALAR A COMEMORAÇÃO do Dia Internacional dos Museus, o Centro Português de Fotografia preparou para o fim de semana de 17 e 18 de Maio um programa inédito de actividades especiais sob o lema genérico «Venha passar a noite com Camilo».

O espectáculo «Cadeia» que se realizou no dia 17 de Maio, em duas sessões, constituiu o ponto alto de todo o programa. Especialmente concebido para a ocasião e adaptado ao espaço da ex-Cadeia e Tribunal da Relação do Porto que é, desde 2001, sede oficial do Centro Português de Fotografia, o espectáculo focou aspectos das vivências prisionais, com especial destaque para a figura do escritor Camilo Castelo Branco, mas também outros referentes, tais como, Ana Plácido ou o Zé do Telhado. As personagens foram extraordinariamente recriadas por um grupo de actores que conduziram de forma absolutamente mágica os visitantes pelos espaços e vivências do passado neste emblemático edifício e suas envolvências. Inicialmente sujeito a uma lotação de 50 pessoas por sessão, o espectáculo superou todas as expectativas por parte da organização e do público e foi visto gratuitamente por um total de 170 pessoas. Nesse dia especial, as instalações do Centro Português de Fotografia estiveram pela primeira vez, em toda a história da instituição, abertas ao público das 15h00 às 02h00.

No dia da comemoração, 18 de Maio, o CPF proporcionou a todos os interessados uma palestra/visita ao Edifício da Cadeia da Relação do Porto a cargo da Professora Doutora Maria José Moutinho, docente associada com agregação do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e reconhecida especialista na área de História Contemporânea onde tem realizado trabalhos no âmbito da criminalidade. A visita/conferência recordou a história do edifício, desde os objectivos que presidiram à sua construção, à sua funcionalidade ao longo de dois séculos, enquanto cadeia e tribunal. Foram percorridos os espaços mais significativos, evocadas memórias e lembradas personagens.

No âmbito desta comemoração e da programação associada dos Museus da Universidade do Porto, Museu Nacional Soares dos Reis e CPF, destaca-se ainda a exposição «O Porto dos inícios do séc. XX: fotografias estereoscópicas de Emílio Biel», patente na sala de reuniões do CPF de 13 a 25 de Maio.



Saguão da Entrada do Tribunal



A mostra consistiu na projecção de estereogramas de Emílio Biel pertencentes ao Museu de Ciência da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e foi acompanhada de material do acervo do CPF designadamente uma câmara estereoscópica da colecção António Pedro Vicente, estereoscópias e visores estereoscópicos. As peças em exposição foram ainda acompanhadas de textos explicativos sobre o princípio da estereoscopia, o percurso profissional de Emílio Biel e também a história custodial e arquivística da colecção. Os visitantes puderam perceber as imagens com recurso a visores estereoscópicos, apercebendo-se da noção de profundidade através de duas imagens justapostas.

Dinora Rodrigues

SECTOR DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO CPF / DGARQ

AGENDA

Exposições

A Participação Portuguesa nos Jogos Olímpicos: Os Documentos de Arquivo

A DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS – Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem nos seus objectivos permanentes a **divulgação do património arquivístico**, através do qual, alerta os cidadãos para as diferentes Memórias que o compõem.

Neste sentido, e para registar que o desporto também tem uma memória, a DGARQ – ANTT, em ano Olímpico, associa-se aos ideais Olímpicos, com a realização de uma exposição sobre *A Participação Portuguesa nos Jogos Olímpicos: Os Documentos de Arquivo*, através de documentos de arquivo, cujos registos atravessaram todo o Século XX, e o início deste Século XXI.

O Comité Olímpico Português e o Instituto do Desporto de Portugal, a quem a DGARQ-ANTT solicitou colaboração, acolheram esta iniciativa com entusiasmo e tornaram-na viável.

A Participação Portuguesa nos Jogos Olímpicos: Os Documentos

de Arquivo será inaugurada na segunda quinzena do próximo mês de Julho, nas instalações do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Alameda da Universidade, em Lisboa.

Estará aberta ao público até 19 de Setembro, de segunda-feira a sexta-feira das 10h00 às 19h00 e ao sábado das 09h30 às 12h00.

Maria de Lurdes Henriques

COORDENADORA
DO GABINETE DE
RELAÇÕES EXTERNAS
E DE COOPERAÇÃO.



© JOSÉ ANTONIO SILVA

Os 500 Anos das relações entre Portugal e o Irão

DE 17 DE JUNHO
A 10 DE JULHO

COM O OBJECTIVO DE ASSINALAR os 500 anos das relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e a antiga Pérsia (actual Irão), o Arquivo Nacional da Torre do Tombo organizou, em parceria com a Embaixada da República Islâmica do Irão, e tem patente ao público uma exposição em que, através dos documentos de arquivo do ANTT e da Biblioteca Pública de Évora, maioritariamente dos séculos XV a XVII, se procura dar a conhecer a presença portuguesa em Ormuz e o estabelecimento de relações no Golfo Pérsico.

A Exposição está patente ao público na Sala de Exposições da Torre do Tombo, de 2ª a 6ª feira, das 10h00 às 19h00, e aos sábados, das 09h30 às 12h00. ♦

